

**ENTRE AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, A COLTED E O ENSINO DE MATEMÁTICA (1934-1970):
sobre o que trata *O livro didático - sua utilização em classe?*¹**

Rosemeire dos Santos Amaral²

Irani Parolin Santana³

Claudinei de Camargo Sant’Ana⁴

RESUMO

Esta pesquisa objetiva discutir a relação entre as Conferências Internacionais de Instrução Pública, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e o ensino de Matemática no curso primário, culminando na elaboração, escolha e utilização dos Manuais Pedagógicos entre os anos de 1934 e 1970. Considerando os livros didáticos e guias de ensino para o professor primário, os órgãos editores e seus colaboradores, enfatizamos acordos de cooperação norte-americana, em especial, os chamados MEC-USAID (Ministério da Educação e Cultura – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Partindo da proposta “Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970): sobre o que tratam os Manuais Escolares?”, a análise dos transcritos da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1959-1965), de pesquisas, Dissertações e Teses que esboçam a trajetória das Conferências Internacionais de Instrução Pública (1934-1963), da criação e extinção da COLTED (1966-1971), das publicações do jornal *Correio da Manhã* e, do manual do ensino primário *O livro didático - sua utilização em classe*, nos esforçamos no intuito de uma investigação, em andamento, do percurso do ensino de Matemática para os anos iniciais, do porquê e como ensinar a matéria, avaliar e utilizar o livro didático, suscitando questionamentos, novos caminhos para a pesquisa.

Palavras-chave: Conferências Internacionais de Instrução Pública. Colted. Curso Primário. Manuais Pedagógicos. Ensino de Matemática. Brasil.

¹ Esta proposta de pesquisa insere-se na segunda etapa do projeto “A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: a Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970”, coordenado pelo Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil (GHEMAT), quando “a ênfase do estudo estaria associada aos manuais pedagógicos para professores e nos livros didáticos utilizados pelos alunos” (DA COSTA, 2015, p.40), com a realização do XIV Seminário Temático Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970): sobre o que tratam os Manuais Escolares?

² **Mestre em Educação** pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, *Campus* Vitória da Conquista. E-mail: roseamaral25@gmail.com

³ **Doutoranda em Educação Matemática** pela Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN). E-mail: irani@ccsantana.com

⁴ **Docente** da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, *Campus* Vitória da Conquista. E-mail: claudinei@ccsantana.com

INTRODUÇÃO

Os livros didáticos e os manuais pedagógicos têm sido pauta de questionamentos com vias a elaborar respostas para “o que, quando e como ensinar?”, alicerçar a prática docente e pesquisas científicas; O foco no Ensino Primário, especialmente para o ensino de Matemática é uma das linhas de pesquisa desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa em Educação Matemática, o GEEM. A motivação para a escrita desse artigo provém de atividades desenvolvidas durante seu percurso de pesquisa, voltado para a investigação a respeito do Curso Primário na Bahia (1940-1970) e tem por objetivo discutir a relação entre as Conferências Internacionais de Instrução Pública, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e o ensino de Matemática no curso primário brasileiro, culminando na elaboração, escolha e utilização dos Manuais Pedagógicos entre os anos de 1934 e 1970.

O manual do ensino primário *O livro didático - sua utilização em classe*, embora instiga a discussão entre as décadas de 1960 e 1970, é o nosso principal instrumento de análise do percurso do ensino de Matemática para os anos iniciais, do porquê e como ensinar a matéria, avaliar e utilizar o livro didático. No exemplar em questão, uma distinta descrição das Conferências de Educação e do papel da COLTED para a produção e distribuição de materiais para a escola brasileira, uma espécie de informativo ao leitor e instrução ao professor primário. Mas, o que foram essas *Conferências*?

AS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE EDUCAÇÃO E O BUREAU

O Bureau ou Escritório Internacional de Educação “foi criado em 25 de julho de 1929, em Genebra (RBEP, 1965, p. XII) e deu origem às Conferências Internacionais de Educação “sob a influência dos horrores causados pela Primeira Guerra Mundial. Nessa época, vários países, procurando construir um futuro melhor, passaram a investir em educação, acreditando em seus resultados para a elevação da cultura e a preservação da paz” (VASCONCELOS, 1996, 53-54). Essas reuniões ocorriam anualmente e seus objetivos principais consistiam “na apresentação de relatórios sobre o movimento

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

3

educativo do ano anterior e na discussão e votação de *Recomendações* aos Ministérios de Educação” (RBEP, 1965, p. IX).

As *Recomendações*, segundo Carlos Pasquale, diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), constituíam-se enquanto “conjunto de normas das mais ampla autoridade técnica e moral, por serem elaboradas com fundamento na realidade escolar dos países participantes e aprovadas, após acurado exame, pelas autoridades superiores responsáveis pelo ensino nesses países” (PASQUALE, RBEP, 1965, p. IX) que as adotavam e incorporavam às Políticas Públicas em Educação.

“Em 1932 e 1933, o Bureau organizou as duas primeiras Conferências Internacionais de Instrução Pública. Em 1934, o Bureau, juntamente com o governo suíço, realizou a terceira Conferência Internacional de Instrução Pública, aberta a todos os países membros ou não” (VASCONCELOS, 1996, p. 54). A partir de então, o número de países participantes aumentava a cada edição.

Entre “6 e 13 de julho de 1959, realizou-se em Genebra a XXIII Conferência Internacional de Instrução Pública, que foi convocada simultaneamente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, e pelo Bureau Internacional de Educação” (RBEP, 1959, p.134). De acordo a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), 77 países participaram.

A RBEP transcreveu, em 1959, duas das *Recomendações* feitas aos Ministérios de Instrução Pública, as de Número 48 e 49. Em 1965, publicou todas as *Recomendações* aprovadas entre os anos de 1934 e 1963, perfazendo um total de 57. Dentre estas, 16 destinavam-se ao Ensino Primário, conforme expostas na Tabela 01:

Tabela 01: Recomendações feitas aos Ministérios de Instrução Pública e aprovadas nas Conferências Internacionais de Educação para o Ensino Primário (1934 e 1963)

Nº	RECOMENDAÇÃO	Ano
4	Formação Profissional do Magistério Primário	1935
12	Ensino da Psicologia na Formação de Professores Primários	1937
13	Remuneração do Professor Primário	1938
15	Elaboração, Emprego e Seleção de Manuais de Ensino	1938
21	Gratuidade do Material Escolar	1947
31	Iniciação à Matemática na Escola Primária	1950
32	Formação do Magistério Primário	1953
40	Financiamento da Educação	1955
46	Elaboração e Expedição de Programas do Ensino Primário	1958
48	A Elaboração, a escolha e a Utilização dos Manuais de Ensino Primário	1959
49	Medidas a Facilitar o Recrutamento e a Formação dos Quadros Téc. e Científicos	1959

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

4

52	Escola Primária de um Mestre único	1961
54	Planejamento da Educação	1962
55	Aperfeiçoamento de Professores Primários	1962
56	Orientação Escolar e Profissional	1963
57	Carência de Professores Primários	1963

Fonte: Elaboração de Rosemeire dos Santos Amaral, com base na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – 1965.

Observando a Tabela 01, em 1938, segundo ano das Conferências Internacionais de Instrução Pública, a temática era a “Elaboração, Emprego e Seleção de Manuais de Ensino”, destacando que “o manual é ainda para todas as matérias, além de guia precioso e, eventualmente, uma referência ou elemento de verificação e de revisão, auxílio indispensável” (RBEP, 1965, p. 22) para o professor.

A *Recomendação* de Número 15, entre outros itens, ressalva pontos relativos à adequação dos manuais pedagógicos, na observância: dos aspectos pedagógicos, técnicos e econômicos; da comissão de seleção de livros didáticos com a seleção e participação de professores; do conteúdo, do método pedagógico e dos programas de ensino em voga; da distribuição gratuita, para atender às crianças necessitadas; da liberdade ao mestre quanto a sua utilização, respeitando os limites do programa de ensino (RBEP, 1965).

Em 1947, a *Recomendação* de Número 21, “julga, de um lado, que o princípio da gratuidade do material deva ser considerado como o corolário natural e necessário da obrigação escolar” e que “os manuais escolares se tornem propriedade dos alunos no momento em que terminarem os estudos obrigatórios, de modo a constituir um núcleo de uma pequena biblioteca pessoal e de estimular, desse modo, o gosto pela cultura” (RBEP, 1965, p. 34).

As *Recomendações* de números 48 e 49 “tratam elas, respectivamente, da elaboração, escolha e utilização de manuais de ensino primário, e das medidas destinadas a facilitar o recrutamento e a formação dos quadros técnicos e científicos (RBEP, 1959, p. 134). Como resultado das discussões, o Estado deveria oferecer a escola, o professor, livros didáticos e outros materiais para o bom funcionamento do ensino (O LIVRO DIDÁTICO, 1970).

Dentre outros, alguns aspectos nos chamam a atenção na relação manuais escolares e professor:

Considerando que, se na sala de aula o papel capital é reconhecidamente o do mestre, o manual escolar torna-se para este um dos auxiliares capazes de favorecer um *ensino ativo*;

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

5

Considerando que em toda parte, e particularmente em lugares onde o mestre deve trabalhar sob condições difíceis (classe superlotada, escola de mestre único, etc), o *manual escolar* constitui para o educador um *instrumento imprescindível*.

Considerando que uma *ajuda mútua e colaboração internacionais* podem contribuir para o *aperfeiçoamento dos manuais em graus de elaboração, de edição e de utilização*.

(RBEP, 1959, p.135 - grifos nossos)

As discussões nas Conferências Internacionais de Instrução Pública à respeito da elaboração, edição, distribuição e utilização dos manuais pedagógicos para o ensino primário prescreviam: o ensino ativo; a importância do manual como guia didático para o professor, bem como para o aluno; e, a ajuda e colaboração internacionais para o financiamento e aperfeiçoamento dos exemplares, contribuindo para a redução do preço dos materiais escolares, com acesso às famílias desfavorecidas economicamente.

Das 57 *Recomendações* aprovadas nas Conferências Internacionais de Educação, apenas uma tem como foco a “Iniciação à Matemática na Escola Primária”, para crianças com até 11 ou 12 anos. A *Recomendação* de N. 31, foi aprovada na reunião de 6 a 13 de julho de 1950, em Genebra, cuja

Conferência, considerando que a iniciação à Matemática constitui um dos aspectos essenciais e universais na formação do espírito de objetividade e de rigor; que a atividade espontânea e a livre verificação reclamadas pela iniciação à Matemática possuem valor formativo intelectual e moral em que deveriam também inspirar-se as outras disciplinas; que o ensino da Matemática, embora dos mais difíceis, pode beneficiar-se com a aplicação dos últimos resultados obtidos por numerosas pesquisas psicológicas e pedagógicas.

(RBEP, 1965, p.51)

Para tal fim, foram estabelecidas 13 indicações para a iniciação à Matemática nos primeiros anos escolares:

Tabela 02: Indicações para a iniciação à Matemática no curso primário, Genebra, 1950

1	O ensino da Matemática deveria obedecer etapas, às operações mentais e desenvolvimento da criança;	8	Valorizar a expressão verbal das operações e suas terminologias, respeitando cada nível de aprendizagem;
2	À criança desde a escola maternal deve-se oportunizar a descoberta de relações elementares (inclusão, ordem, correspondência) constitutivas do número e do espaço;	9	Os mecanismos de cálculo, especialmente o oral, deve ser aplicado após a assimilação, pela criança, do sentido das operações;
3	Quanto às operações aritméticas, desenvolver situações prévias, manipulação de objetos concretos	10	O método de trabalho em grupo para reforçar o interesse e desenvolver a

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

6

	e levar em conta os interesses espontâneos da criança;		capacidade de controle mútuo por parte do aluno;
4	Estabelecer uma correspondência entre operações aritméticas e geométricas (apresentar à criança, paralela e gradativamente, relações numéricas, formas e medidas espaciais elementares);	11	Ao professor cabe detectar os pontos fracos (insuficiências) de seus alunos, as causas e diagnósticos individuais;
5	Quanto à iniciação às operações pelo processo ativo, se atribua especial cuidado à elaboração das relações qualitativas e lógicas;	12	O ensino de Matemática deve estar coordenado com outras matérias, com a vida prática e o meio onde vive a criança;
6	Somente apresentar à criança noções novas, após exercícios acompanhados de atividades concretas - estruturação lógica;	13	A formação dos mestres os inspire a aplicar os dispositivos acima dispostos em sua experiência pedagógica;
7	As atividades da criança devem ser verificadas, priorizando o rigor dos raciocínios;		

Fonte: Elaboração de Rosemeire dos Santos Amaral, com base nas informações da RBEP, 1950.

Uma breve leitura da Tabela 02 nos permite observar que o ensino de Matemática estava atrelado ao amadurecimento mental da criança, dependente da atuação da mesma em cada etapa a que fora testada. Assim, novos conceitos e ações se faziam após a verificação por parte do professor da aprendizagem do estudante, acompanhando diretamente cada um. Aspectos como uso de objetos concretos e depois, abstrações matemáticas, oralidade, sequenciação, raciocínio lógico e relação da Matemática com outras matérias de ensino são enfatizados nos manuais didáticos para o Curso Primário.

E o Brasil no contexto das Conferências e produção dos livros didáticos e manuais de ensino?

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE INSTRUÇÃO PÚBLICA: a criação da COLTED

Nas “décadas de 1950 e 1960, evidenciou-se, na educação brasileira, um período marcado por acordos e convênios, principalmente com o governo americano. Tais acordos quando firmados na educação em diferentes épocas, atingiram vários níveis do sistema de ensino” (KRAFZIK, 2006, p.20), ao que tudo indica, influenciados pelas Conferências Internacionais de Instrução Pública e “devido à necessidade de adequar o sistema ao modelo desenvolvimentista que se intensificava no país, entre outras motivações” (KRAFZIK, 2006, p.41)

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

7

Há registros da participação do Brasil na edição da Conferência em 1965, também em Genebra, com publicação no Diário Oficial da União pelo então presidente da República, Humberto Castello Branco e pelo Ministro das Relações Exteriores, Vasco Tristão Leitão da Cunha: “O Presidente da República resolve designar: o Professor Abgar Renault⁵ para representar o Brasil na XXVIII Conferência Internacional de Instrução Pública, a realizar-se em Genebra de 12 a 23 de julho corrente (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1965, p.14).

O governo brasileiro entre 1960 e 1970, com assunção dos Ministros da Educação, Jarbas Passarinho, Guilherme Magalhães, Tarsio Dutra, “reconhecendo também, ser o livro didático um instrumento básico para a melhoria do rendimento escolar e, sentindo a necessidade de suprir a população estudantil de livros adequados, mormente a do nível primário” (O LIVRO DIDÁTICO, 1970, p. 18), implementa algumas mudanças no setor educacional, com a CAMPANHA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO. O jornal *Correio da Manhã*⁶, Rio de Janeiro, a 19 de junho de 1966, publica:

O Governo acaba de criar, no Ministério da Educação, ligado ao Departamento Nacional de Educação, o Conselho do Livro Técnico e Didático – COLTED – com a atribuição de gerir e operar recursos destinados ao financiamento e à realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico.

(CORREIO DA MANHÃ, 19 de jun. de 1966, p. 7)

Em 06/01/1967 foi firmado o convênio entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) para implantar e executar o Programa (KRAFZIK, 2006, p.12), “em colaboração com a Aliança para o Progresso” (CORREIO DA MANHÃ, 1966, p. 7). Por esse acordo o Brasil passou a receber assistência técnica e cooperação financeira dos Estados Unidos, associando o sistema educacional do Brasil e

⁵ O mineiro Abgar Renault, ocupante da cadeira 12 da Academia Brasileira de Letras e Secretário do Ministério da Educação e Saúde Pública Francisco Campos, representou o “Brasil em numerosas conferências internacionais sobre educação levadas a efeito pela Unesco em Londres, Paris, Santiago do Chile, Teerã, Belgrado e Genebra; eleito várias vezes membro da Comissão de Redação Final dos documentos dessas reuniões” (Academia Brasileira de Letras).

⁶ O Correio da Manhã “foi durante 73 anos um dos principais jornais da imprensa brasileira, destacando-se como um jornal independente, de tradição legalista e oposicionista durante vários momentos da vida política do país” (RIBEIRO FILHO, 2013, p. 6), funcionando de junho de 1901 a agosto de 1974, quando passou a ser perseguido pela Ditadura Militar, enfrentou uma grave crise financeira e, finalmente, a gestão foi repassada a um grupo empresarial até que ocorreu seu fechamento definitivo (NEIVA; CAMPOS, 2014, p. 727).

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

8

de outros países da América Latina aos interesses do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos da América (CHAVES, 2008, p.6).

Todavia, “o financiamento e outras modalidades visam exatamente a estimular edições vultosas e contribuir para um forte barateamento do livro e, em certos casos, para distribuição gratuita” (CORREIO DA MANHÃ, 1966, p. 7). A COLTED teve por “finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionadas com o aperfeiçoamento do Livro Didático e do Livro Técnico” (O LIVRO DIDÁTICO, 1970, p. 18). “A ideia por trás da Colted era proporcionar livros para os estudantes pobres, deixando o mercado livre para os alunos de pais que tivessem condições de adquiri-los” (LINDOSO, 2004, p. 93).

Novamente, por intermédio das publicações do *Correio da Manhã*, edição de 15 de julho de 1967, acessamos a informação de que haveria uma cooperação entre 6 consultores educacionais americanos da State University of New York e 6 educadores brasileiros nomeados e pagos pelo MEC, com o objetivo de “acessorar as Secretarias Estaduais e Conselhos Estaduais de Educação para: 1) Aumentar o número de estudantes que completam o curso primário; 2) promover um maior entrosamento entre o curso primário e médio; 3) fortalecer as relações entre os programas estaduais e nacionais” (CORREIO DA MANHÃ, 1967, p. 8).

Visando a participação na Conferência Internacional de Educação, o Ministério da Educação e Cultura publica, em 1971, um levantamento da quantidade de livros distribuídos pela COLTED para os três níveis de ensino: primário, médio e superior. Para o ensino primário - 1ª a 5ª séries - , foram atendidas 11. 877. 000 crianças, totalizando 19. 437. 000 livros (Documento 02), dos quais, todas as séries do ensino primário foram destinados 1 livro, com exceção das 3ª e 4ª séries, que receberam 3 livros por aluno:

Documento 02: Livros distribuídos em 1970, no Brasil, pela COLTED, Nível Primário

Séries	Nº de alunos (1000 pessoas)	Nº de Livros	Total de Livros (1.000)
1	3.972	1	3.972
2	2.465	1	2.465
3	2.120	3	6.360
4	1.660	3	4.980
5	1.660	1	1.660
Totais	11.877	9	19.437

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

9

Fonte: EDUCAÇÃO NO BRASIL (Subsídio para a Conferência Internacional de Educação), 1971, p. 62.
Disponível no site Domínio Público: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002202.pdf>

“A Colted foi extinta em 9 de junho de 1971, por meio do decreto n. 68.728, e suas funções foram incorporadas ao Instituto Nacional do Livro. Com o fim da Colted, o MEC iniciou uma nova política para os livros escolares, de coedição com o mercado privado” (FILGUEIRAS, 2015, p. 96). O Instituto Nacional do Livro (INL)

estendeu o princípio da co-edição ao campo do livro didático para a escola primária fornecendo sete milhões de livros por meio do Fundo do Livro Didático (órgão representativo das autoridades educacionais federais e estaduais), a cerca de dois milhões de alunos pobres, e possibilitando que os restante treze milhões de alunos das escolas primárias adquirissem seus livros a preços reduzidos em 40%.

(HALLEWELL, 1985, p.568)

Dentre os manuais pedagógicos da COLTED, um guia para o professor primário que, como o próprio título apresenta, infere sobre o livro didático e sua utilização em classe, é nosso objeto de análise. Mas, sobre o que trata *O livro didático – sua utilização em classe* (Brasil - 1970)?

SOBRE O QUE TRATA *O LIVRO DIDÁTICO – sua utilização em classe* ?

O livro didático – sua utilização em classe constitui parte do “material básico dos cursos de treinamento para professores primários” - informação apresentada na capa da obra -, um manual pedagógico difundido pelo Ministério da Educação e Cultura e pela Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático. “Seus gestores entendiam que a disponibilidade do livro didático era “uma consequência da obrigatoriedade escolar”, orientação da XXII Conferência Internacional de Instrução Pública ocorrida em Genebra, no ano de 1959” (OLIVEIRA; FREITAS, 2013, p. 16).

Impresso no Brasil, sua circulação alcançou vários estados, sendo o exemplar em análise - 2ª edição revista e atualizada - localizado no acervo da Biblioteca Municipal José de Sá Nunes, em Vitória da Conquista – Bahia. Ainda neste estado, outro exemplar foi

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

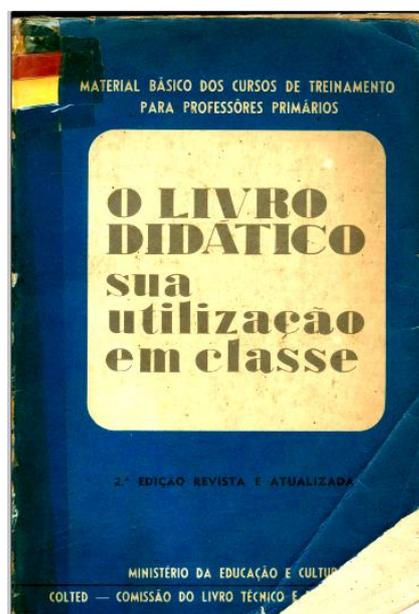
Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

10

catalogado junto ao Instituto Normal Isaías Alves, atualmente denominado Instituto Central de Educação Isaías Alves (ICEIA), Salvador – Bahia.

Documento 01: Capa da obra *O livro didático – sua utilização em classe* (1970)



Fonte: Registro fotográfico por Rosemeire dos Santos Amaral, janeiro - 2016

Ary Leonardo Pereira, Diretor Executivo da Colted, no texto de apresentação ressalta que a publicação do referido livro foi resultado da “avaliação dos cursos de treinamento realizados no primeiro semestre de 1969, com a finalidade específica de aperfeiçoar técnicas na utilização do livro didático” (O LIVRO DIDÁTICO, 1970, p.XXX). Quanto ao alcance da obra, registra que “foram atingidos no Distrito Federal e capitais dos estados e territórios, 107.000 professores primários, estendendo-se agora a mais 70.000, nos municípios prioritários dos estados e territórios” (O LIVRO DIDÁTICO, 1970, p.XXX).

A obra possui 239 páginas, divide-se em seções identificadas por letras alfabéticas em maiúsculo e subdivide-se de acordo a análise do Programa da Colted (seção A) e por matérias escolares (Linguagem, seção B; Matemática, seção C; Estudos Sociais, seção D; e, Ciências, seção E), conforme apresenta a Tabela 03:

Tabela 03: Composição da obra *O livro didático – sua utilização em classe* (1970)

	FOCO	DETALHAMENTO	
A	Princípios Gerais	I – Programa da Colted II – Situação atual da escola primária brasileira do ponto de vista da	IV – Especificação dos objetivos educacionais V – Como avaliar o livro didático

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

11

		produtividade III – O livro didático no contexto escolar	VI – Como utilizar o livro didático
B	Linguagem	I – Por que ensinar a ler II – Como ensinar a ler III – Como usar o livro-texto de linguagem	IV – Como analisar o livro-texto de linguagem * Bibliografia utilizada e indicada
C	Matemática	I – Por que ensinar Matemática II – Como ensinar Matemática	III – Avaliando o livro de Matemática IV – Como usar o livro de Matemática
D	Estudos Sociais	I – Por que ensinar Estudos Sociais II – Como ensinar Estudos Sociais III – Como avaliar o livro de Estudos Sociais	IV – Como usar o livro de Estudos Sociais * Bibliografia indicada ao professor / Bibliografia utilizada
E	Ciências	I – Por que ensinar Ciências II – Como ensinar Ciências III – Como usar o livro de Ciências	IV – Avaliando o livro de Ciências * Sugestões para uma ficha de avaliação de livros de Ciências

Fonte: Elaboração de Rosemeire dos Santos Amaral, com base no sumário da obra *O Livro Didático* (1970)

Visto isso, *O Livro Didático – sua utilização* constitui-se enquanto um guia didático para o professor primário, atendendo as prescrições e exigências pautadas na legislação educacional, bem como fruto das discussões a respeito do ensino e aprendizagem nos anos iniciais da escola brasileira. Retomando a Seção C (Tabela 03), analisemos os itens: Por que ensinar Matemática? Como ensinar Matemática? Avaliando o livro de Matemática. Como usar o livro de Matemática?

O ENSINO DE MATEMÁTICA: *O Livro Didático – sua utilização*

O primeiro aspecto que nos chama a atenção é o fato de que os componentes curriculares para o curso primário brasileiro, de acordo *O livro didático – sua utilização*, em 1970, são quatro: Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências. No entanto, ao que se refere à Bibliografia indicada ao professor como estratégia e enriquecimento de suas aulas, somente para a matéria Matemática, consta ausência (vide Tabela 03).

Quanto ao ensino de Matemática, *O livro didático – sua utilização* apresenta como discussão inicial a relação da escola, da constituição dos saberes elementares matemáticos com o processo de industrialização por qual o Brasil passara nos anos de 1970, com o destaque: “A importância do ensino de Matemática é maior hoje que no passado. Evidentemente, o homem tem agora mais necessidades matemáticas em face do

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

12

desenvolvimento da indústria, do comércio e da técnica (O LIVRO DIDÁTICO, 1970, p. 123).

Em continuidade a esse pensamento, uma crítica à metodologia do ensino de Matemática anteriormente utilizada pelos professores primários, encabeçada pela memorização de regras e fórmulas, pois “surge agora uma mentalidade nova que dá grande importância ao desenvolvimento da Matemática como um sistema de ideias ou conceitos e preconiza seu ensino com compreensão” (O LIVRO DIDÁTICO, 1970, p. 123-124). Partindo desse princípio, o ensino de Matemática na escola primária passaria a contemplar três objetivos:

- 1) Objetivo matemático, relacionado ao desenvolvimento de habilidades e técnicas básicas, redescoberta de fatos e princípios, emprêgo de vocabulário matemático correto.
- 2) Objetivo social, relacionado ao desenvolvimento de habilidade de analisar as situações-problemas, a fim de que a criança se torne capaz de resolvê-las em sua própria vida.
- 3) Objetivo relacionado ao desenvolvimento da criatividade, hábitos, atitudes e valores desejáveis.

(O LIVRO DIDÁTICO, 1970, p. 124)

Para ensinar Matemática, o professor deve conduzir a criança “à realização de experiências matemáticas através de métodos eficientes e material conveniente, para levá-la à redescoberta de princípios e à formação de conceitos” (O LIVRO DIDÁTICO, 1970, p. 125), em contato com material concreto, colocando em prática a observação e a experimentação.

Alguns aspectos devem ser levados em conta quando o assunto é a avaliação do livro didático de Matemática: “O livro-texto de Matemática deve ser entendido como um instrumento de aprendizagem, utilizado na escola como suporte da programação de ensino. Como tal, não precisa cobrir, necessariamente, todo o programa de um ano escolar” (O LIVRO DIDÁTICO, 1970, p. 127). Ao que tudo indica, essa observação faz referência a liberdade dada ao professor para completá-lo, adaptando-a à diversidade e limitações dos programas de ensino sob sua tutela e às necessidades específicas da classe, com indicado pela *Recomendação* de N. 15, lançada na Conferência Internacional de Instrução Pública de 1938.

Como características específicas de um bom livro-texto de Matemática, este deve privilegiar ações como compreender, investigar, refletir, concluir, generalizar e aplicar os

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

13

conhecimentos adquiridos (O LIVRO DIDÁTICO, 1970). Então, um livro-texto seria considerado satisfatório se atendesse aos critérios dispostos no Quadro 01:

Quadro 01: Critérios para avaliar um livro-texto de Matemática para o ensino primário

Valoriza a conceituação e as habilidades computacionais;	Ressalta a aplicação da Matemática às situações de vida.
Utiliza desenhos e diagramas e sugere meios concretos e variados para desenvolver as ideias matemáticas;	Introduz essas ideias diretamente, relacionando-as com experiências diárias significativas e, não indiretamente, usando recursos disfarçados como jogos e brincadeiras que muitas vezes deturpam o rigor e a exatidão de um conceito;
Desenvolve noções precisas, apresentando um conteúdo atualizado, tendo em vista o que as pesquisas, estudos e experimentações revelam sobre a matéria, evidenciando assim, os rumos traçados pela <i>Matemática Moderna</i> , sem tomar, contudo, ainda, uma posição extremada;	Unifica e integra as ideias e processos matemáticos, ressaltando conceitos básicos, como a noção de conjunto, o sistema decimal de numeral, o sistema numérico e suas propriedades, o conceito de relação, etc. e sua inter-relação com as demais áreas da Matemática;

Fonte: O LIVRO DIDÁTICO, 1970, p. 128 – grifo nosso

Quanto ao uso ou não do livro de Matemática, o professor deve atentar para o fato de que, por um lado, “o uso exclusivo do livro nas aulas de Matemática restringe seu papel e reduz seus objetivos. Por outro lado, desprezar o livro, limitando-se a usar recursos como quadro de giz, material exploratório e pictórico, redundam em falta de sistematização da matéria” (O LIVRO DIDÁTICO, 1970, p. 131-132). O livro didático é importante para o trabalho do professor, pois oferece possibilidades, como elencadas no Quadro 02:

Quadro 02: Possibilidades do livro didático para o trabalho do professor primário

Outros recursos e formas diferentes dos que usa para introduzir conceitos matemáticos;	Maneiras de levar a criança a aplicar os conceitos matemáticos às situações de vida;
Materiais novos ou novas formas de utilizar os já conhecidos;	Recursos e atividades para fixação de noções já desenvolvidas;
Exercícios e atividades para desenvolvimento do trabalho independente;	Atividades para o atendimento de crianças que aprendem mais depressa ou mais devagar;
Introdução de novos conceitos e exploração de áreas novas no programa;	Recursos para avaliação do progresso do aluno.

Fonte: O LIVRO DIDÁTICO, 1970, p. 132.

Assim, o manual apresenta as etapas das atividades a serem desenvolvidas com os alunos: Preparação, Desenvolvimento, Avaliação e Atividade de enriquecimento. Neste caso, o professor deveria recorrer aos objetos da sala de aula, “o teto, o chão, o tampo das carteiras, as paredes”, papel de embrulho, jornal e papelão (materiais de fácil acesso aos alunos) e o livro didático para sistematizar e fixar o assunto e auxiliar nos exercícios para casa.

ESBOÇANDO CAMINHOS PARA A PESQUISA

A pesquisa “Entre as Conferências Internacionais de Instrução Pública, a Colted e o Ensino de Matemática (1934-1970): sobre o que trata *O Livro Didático - sua utilização em classe?*” possibilitou-nos uma investigação a respeito das Políticas Públicas nacionais e internacionais no campo da Educação entre os anos de 1934 e 1970, com ênfase na elaboração, escolha e utilização dos manuais pedagógicos, guias e livros didáticos para o curso primário brasileiro.

Por intermédio da análise da obra *O Livro Didático - sua utilização em classe*, discutimos, embora inicialmente, o ensino dos saberes elementares matemáticos, em especial da Aritmética, na composição do manual para o professor, com ênfase nos pontos elencados quanto ao porque e como ensinar a matéria, postura e atitudes do professor primário em classe, como avaliar e utilizar um determinado livro, diversificação de materiais e métodos para as aulas nos anos iniciais, planejamento, desenvolvimento, avaliação e enriquecimento das atividades para um melhor desempenho da criança.

Os manuais pedagógicos, à princípio, eram elaborados com a participação de catedráticos das Escolas Normais. Em 1970, houve a eliminação da consulta aos professores e a aquisição de livros passou a ser decidida por comissões que escolhiam projetos editoriais. Que motivos levaram ao afastamento dos professores, profissionais diretamente ligados ao ensino e aprendizagem, das discussões e impelidos de contribuir na elaboração e escolha dos materiais didáticos, tal como prescrito pela *Recomendação 15*, proferida pela Conferência Internacional de Educação do ano de 1938?

A Escola Moderna ou a modernização da escola são expressões frequentes no exemplar em análise. Quanto ao Movimento da Matemática Moderna (1950-1970), quais os indícios da incorporação de seus princípios na escola primária e de visibilidade na elaboração dos manuais pedagógicos?

São caminhos a trilhar ...

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

15

REFERÊNCIAS

CHAVES, Marta. *O papel dos Estados Unidos e da UNESCO na formulação e implementação da proposta pedagógica no Estado do Paraná na década de 1960 : o caso da Educação no Jardim de Infância* - Orientador : Prof^a. Dr^a. Lígia Regina Klein. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba : [s.n.], 2008.

CORREIO DA MANHÃ, Ano LXVI. 19 de junho de 1966, Edição Nº 22455, 2º caderno, Rio de Janeiro, 1966. Disponível no site da *Biblioteca Nacional Digital Brasil*, pelo endereço:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=Conferencia%20Internacional%20de%20Instru%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica, com acesso em 02 de janeiro de 2016.

CORREIO DA MANHÃ, Ano LXVII, 15 de julho de 1967, Edição 22784, 1º caderno, Rio de Janeiro, 1967. Disponível no site da *Biblioteca Nacional Digital Brasil*, pelo endereço:

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=83875&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#, com acesso em 02 de janeiro de 2016.

DA COSTA, David Antonio. Repositório. In: VALENTE, Wagner Rodrigues (Org.) *Cadernos de Trabalho*. Volume 3. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. ATOS DO PODER LEGISLATIVO. Seção 1 – Parte 1, 16 de julho, ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1965.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a Ditadura Militar: a COLTED e a FENAME. *Revista História Educação* (Online). Porto Alegre, v. 19, n. 45, jan/abr, p. 85-102, 2015.

HALLEWELL, Laurence. (Trad. Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço). *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz; Ed. da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara. *Acordo MEC/ USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966/1971)*. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, 2006.

LINDOSO, Felipe. *O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura/ Política para o livro*. Summus editorial. São Paulo, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Educação no Brasil* (Subsídio para a Conferência Internacional de Educação), Brasília, 1971. Disponível no site Domínio Público pelo endereço: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002202.pdf>, com acesso em 06 de janeiro de 2016.

XIV Seminário Temático

Saberes Elementares Matemáticos do Ensino Primário (1890-1970):

Sobre o que tratam os Manuais Escolares?

Natal – Rio Grande do Norte, 21 a 23 de março de 2016

Universidade Federal Rio Grande do Norte

ISSN: 2357-9889

16

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *O livro didático – Sua utilização em classe*. Rio de Janeiro: COLTED, BRASIL, 1970.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, Nº 76, Vol. XXXIII, Outubro-Dezembro, 1959. Disponível no site do Domínio Público, pelo endereço: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001671.pdf>, com acesso em 07 de janeiro de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Conferências Internacionais de Instrução Pública. Recomendações 1934-1963. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Publicada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Nº 76, Vol. XXXIII, Outubro-Dezembro, 1965. Disponível no site do Domínio Público, pelo endereço: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002529.pdf>, com acesso em 07 de janeiro de 2016.

NEIVA, Renata Maria de Oliveira; CAMPOS, Raquel Discini de. A Feira de Utilidades de Clarice Lispector/Helen Palmer e a Educação das Mulheres no Correio da Manhã (1959-1961). *Cadernos de História da Educação*. V. 13, n.2, jul/dez, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/29216/16308>, com acesso em 07 de janeiro de 2016.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. Historiografia Didática e Prescrições Estatais sobre Conteúdos Históricos em Nível Nacional (1938-2012). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 6, n. 3, dez., 2013.

RIBEIRO FILHO, Milton Soares. *Correio da Manhã – Um jornal de Verdade*. Clube dos Autores, 2013.

VASCONCELOS, Mário Sérgio. *A difusão das ideias de Piaget no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.